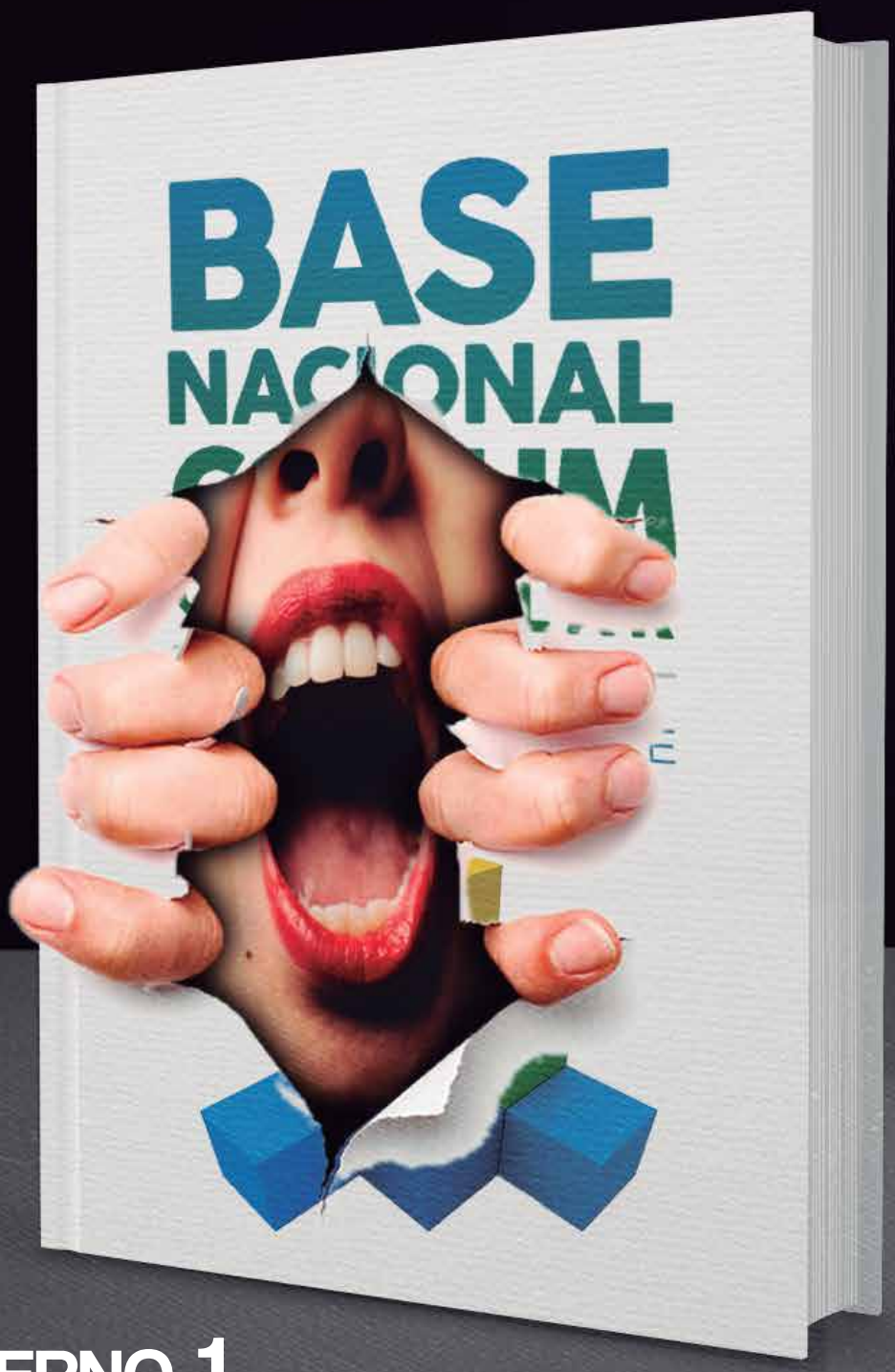
BNCC:
PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

Necessidade de resistência!



SINTESE

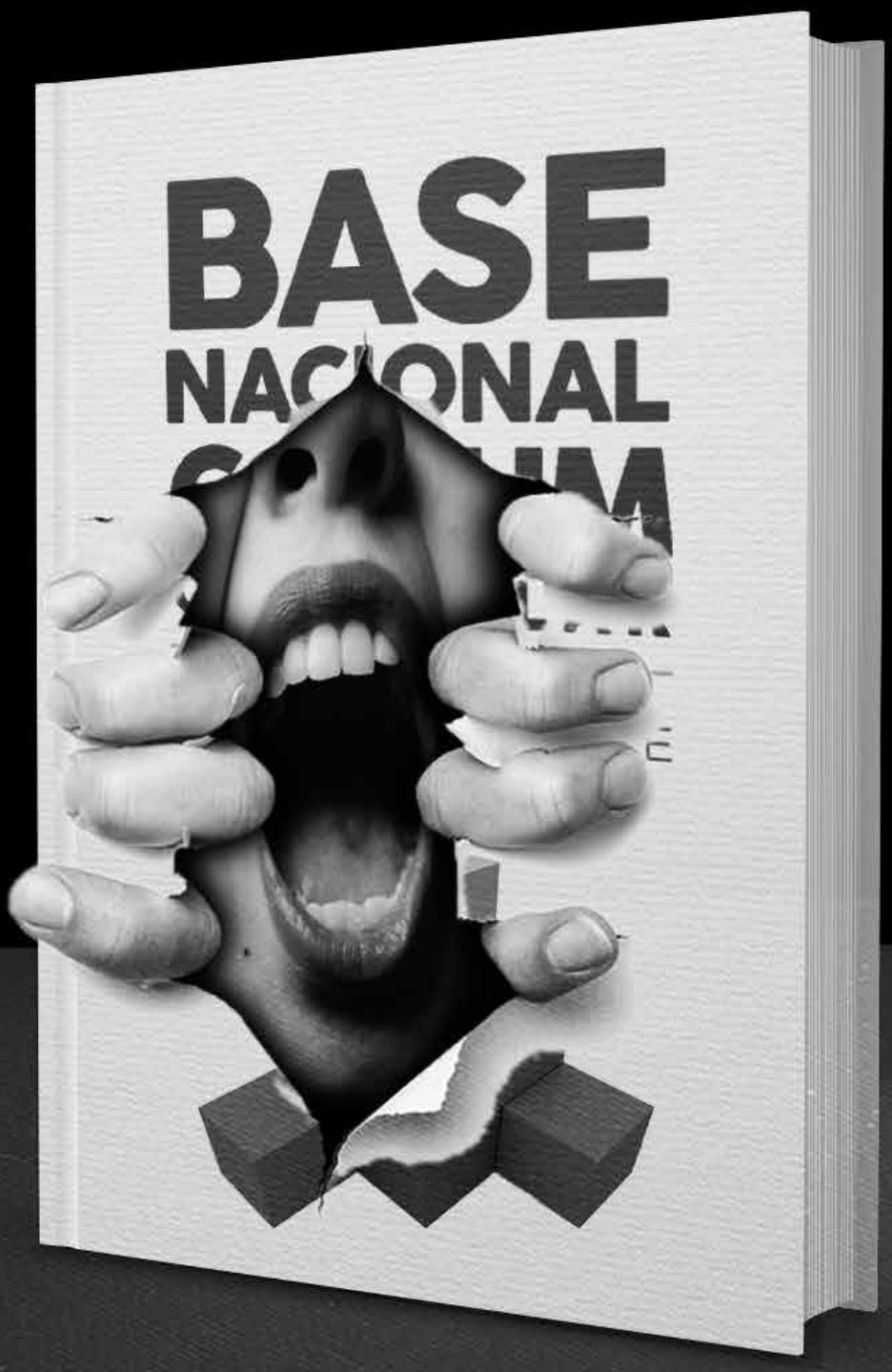
FILIADO À:

CUT

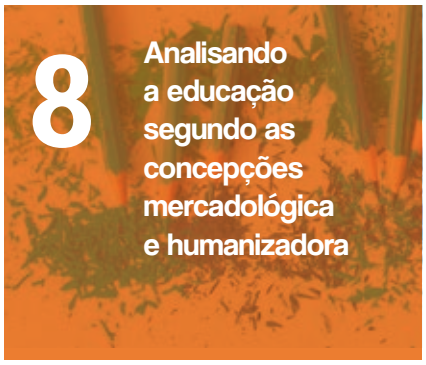
CNTE

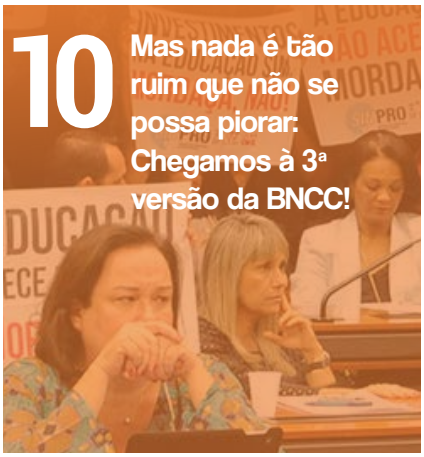
CADERNO 1

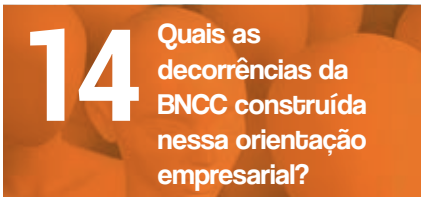
2018

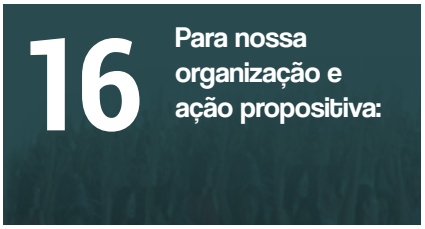

BASE
NACIONAL

6 Vamos conversar sobre o assunto?









Assessoria pedagógica:
Profª Dra. Elza Ferreira, IFS
Profª Dra. Silvana Bretas, UFS

Coordenação:
Departamento de Assuntos Educacionais
do SINTESE

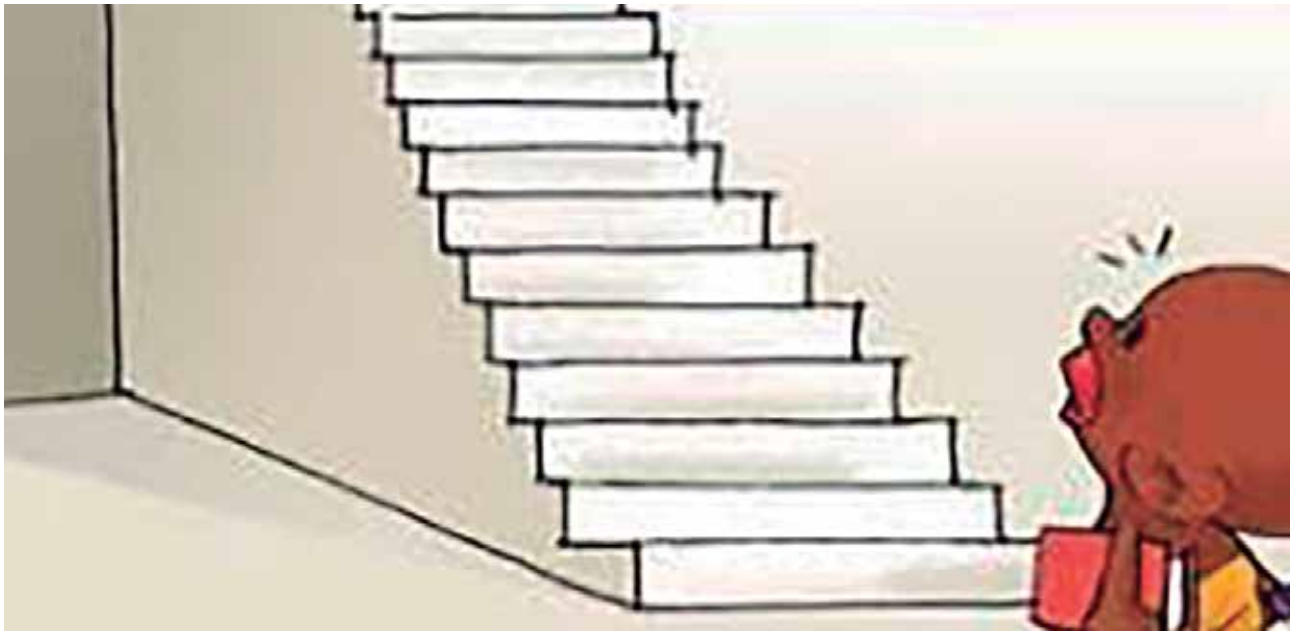
julho de 2018

Revisão:
Coletivo de Educação e Formação do SINTESE

BNCC: perspectiva da classe trabalhadora. Necessidade de resistência

A construção e instituição de uma base nacional curricular comum para as escolas de todo território nacional foi, e continua sendo, uma busca e uma construção de todos os educadores progressistas que acreditam na democratização e popularização da educação escolar. Bases plurais que respeitem a autonomia, emancipação e diversidade, considerando a dimensão territorial continental do nosso país. No entanto, o atual documento da BNCC (BRASIL, 2018), promulgado no dia 06 de abril de 2017, foi o resultado de um processo aligeirado, antidemocrático e, principalmente, capitaneado por um forte grupo de empresários da educação que está conduzindo o sistema de ensino a um processo de precarização, privatização e mercantilização. Por isso, precisamos analisar cuidadosamente o documento que o Ministério da Educação – MEC, promete implementá-lo a partir de uma política robusta que afetará o cotidiano das escolas públicas e privadas.

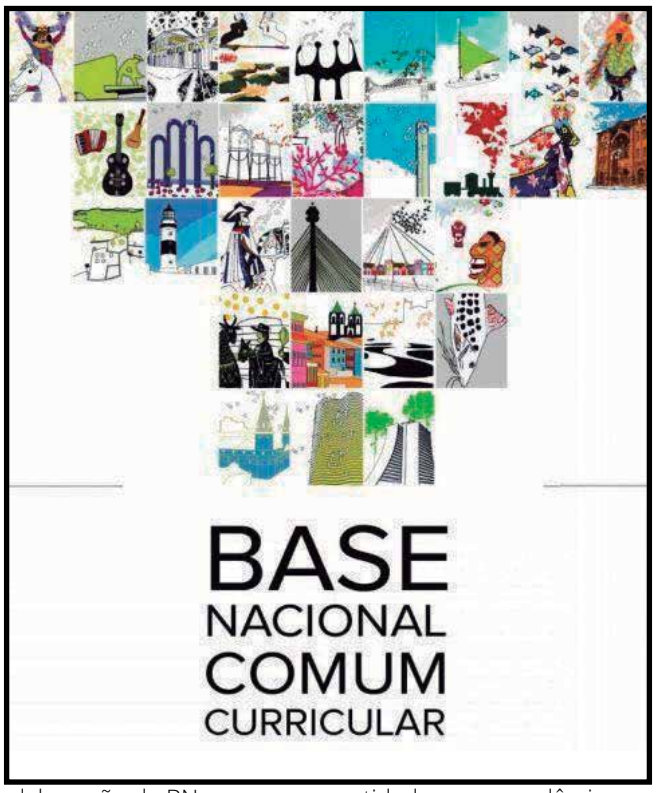
Precisamos analisar cuidadosamente o documento que o Ministério da Educação – MEC, promete implementá-lo a partir de uma política robusta que afetará o cotidiano das escolas públicas e privadas.



Vamos conversar sobre o assunto?

Para isso, começamos a nossa análise declarando a perspectiva pela qual analisaremos tal documento, assim, nosso ponto de vista parte da defesa da educação pública, popular, democrática, classista e do respeito às diferenças intelectuais, físicas, sensoriais, étnicas, religiosa e de gênero. Entendemos que a educação dialógica, no sentido freiriano, é o caminho viável de elaborar esse caderno para que ele possa chegar às professoras e professores de todos os níveis de ensino.

Para começar nossa conversa, vamos traçar uma linha do tempo a fim de perceber que a base nacional não é uma preocupação recente nos meios educacionais:



1988
A expressão Base Nacional Comum aparece na Constituição de 1988, de atribuição da União em colaboração com o Distrito Federal, estados e municípios;

1990
Implantação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto por dois processos avaliativos: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil;

1996
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ratifica a necessidade de uma BN;

1997
Publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN;

1997
Criação da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, que defendia uma metodologia de caráter local/nacional de uma base nacional comum para formação de professor;

2001
Aprovação do Plano Nacional de Educação, previa a elaboração da BN;

2010
Publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN;

2014
Aprovação do Plano Nacional de Educação, também previa a elaboração da BN no prazo de 2 anos;

2015
Início da elaboração da BNCC no âmbito do MEC em diálogo com especialistas das universidades, entidades acadêmicas, sindicais, professoras, professores e órgão do poder público de forma representativa;

2015
A partir da primeira versão da BNCC, abriu-se consulta pública via plataforma online. Segundo o MEC, participaram 12 milhões de pessoas jurídicas e físicas, porém, a opção era apenas aceitar ou não as metas estabelecidas em cada série e disciplina;

2016
Apresentação da segunda versão da BNCC, após a consulta via plataforma on line;

2016
Mudança súbita de governo. Paralisam os debates e consultas para a construção da BNCC.

2017
A Base é retomada a partir de contratação da Fundação Vanzolin em cujo contrato houve pouca transparência e custou aos cofres públicos 18 milhões de reais;

2017
Apenas 5 audiências aconteceram, uma por cada região brasileira para discutirem e avaliarem a terceira versão da BNCC;

2018
Após aprovação do Conselho Nacional de Educação, o governo ilegítimo apresenta a terceira versão da BNCC;

2019
Começará a política de implantação da BNCC através das secretarias de estado da educação, bem como das secretarias municipais.

A quem interessa a BNCC?

Após a promulgação do Plano Nacional de Educação – PNE/2014, vamos observar uma urgência e um consenso entre o governo Dilma e o movimento Todos pela Educação: urgência de construir uma referência de currículo para que, assim, as avaliações externas do Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais – INEP pudessem julgar com precisão o desempenho dos estudantes das escolas de educação básica públicas, especialmente.

Mas, depois do golpe jurídico e parlamentar desferido na política e na vida social, em 2016, as forças reacionárias e capitalistas, representados pelo PMDB e DEM, ocuparam os espaços do MEC e, a partir de seus principais interlocutores, organizam o **Movimento pela Base** e elegem como principais interlocutores os empresários da educação.

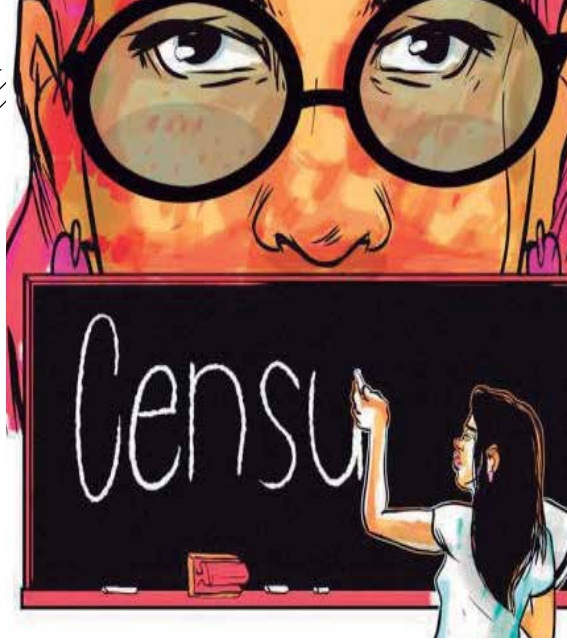
> Depois do golpe jurídico e parlamentar desferido na política e na vida social, em 2016, as forças reacionárias e capitalistas (...)elegem como principais interlocutores os empresários da educação.

+

Como os próprios membros do Movimento definem, trata-se de um grupo não governamental que se dedicam ao tema educação. Nele, congrega-se a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Instituto Unibanco, a Fundação Itaú Social, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação SM e Itaú BBA, entre outras. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) representam os gestores da educação no Movimento, que contam também com a participação de parlamentares, como Alex Canziani e Thiago Peixoto (PSD-TO).

Para refletir, questionar, debater...

Analisando a educação segundo as concepções mercadológica e humanizadora



A BNCC chegou a esse formato e orientação curricular devido à visão empresarial que se sobrepôs à visão dos educadores, em função da conjuntura política de medidas regressivas e conservadoras no interior do MEC e em todo governo ilegítimo.

Nós, educadores que lutamos por uma escola popular e democrática, precisamos compreender quais as concepções que orientam esse dois espectros da política educacional em alguns pontos fundamentais para a orientação de nossas ações. Abaixo faremos uma breve comparação entre as concepções da visão mercadológica e a perspectiva humanizadora da educação.

1º Ponto:

➔ Diagnóstico educacional do ponto de vista gerencial

"Os indicadores nacionais são péssimos, de cada dez crianças que entram na 1ª série do fundamental apenas cinco chegam ao terceiro ano do ensino médio. Temos uma perda de 50% da principal matéria-prima de que um país precisa para se desenvolver, como se só metade da matéria-prima de Carajás chegasse ao porto de embarque. Como uma empresa pode sobreviver com um nível tão grande de perda?", compara Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna (IAS), que há 20 anos atua na área".

Disponível em https://blogdosalomaoximenes.files.wordpress.com/2018/01/pacc81tria-em-busca-de-educaccca7acc83o.pdf

X

➔ Diagnóstico educacional do ponto de vista dos educadores progressistas

"Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, constituirá fonte básica de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para orientação das políticas públicas necessárias"

Cf. Alves, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. E-curriculum, 2015.

2º Ponto:

➔ Para que serve a BNCC na visão empresarial?

"Isso surgiu lá atrás, a partir de uma visão romântica da educação, mas quando se olha para os 30 países com resultados mais altos no Pisa, observa-se que todos têm uma base curricular única, com exceção do Canadá, onde os currículos são regionalizados devido à peculiaridade de parte do país falar inglês e outra parte, francês", afirma Claudia Costin, ex-secretária de Educação na cidade do Rio de Janeiro e diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), think tank abrigado na Ebape da FGV Rio".

Disponível em https://blogdosalomaoximenes.files.wordpress.com/2018/01/pacc81tria-em-busca-de-educaccca7acc83o.pdf

X

➔ Para que serve a BNCC na visão dos educadores progressistas?

"[...] o que é mesmo uma BNC? Uma vez que as respostas podem ser bastante diferentes pelas tantas imagens que fazemos das escolas, de seus praticantespensantes (OLIVEIRA, 2012) e do seu papel na sociedade contemporânea, seja por nossas convicções políticas, seja por interesses particulares ou coletivos dos grupos com que nos articulamos, será preciso diversos e complexos processos que nos permitam chegar a um mínimo consenso para fazer "exatamente", em um determinado momento, o que poderia ser uma BNC".

Cf. Alves, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. E-curriculum, 2015

3º Ponto:

➔ Função social da educação/escola na visão empresarial

"Mais instruídas, as pessoas ganham consciência dos seus direitos e deveres e também contribuem para o aumento da renda do país. De forma generalizada, essa percepção escapa à grande maioria dos brasileiros de diferentes matizes, renda e credo, apesar das fortes evidências da importância dos níveis de aprendizagem no desenvolvimento econômico. A literatura acadêmica é farta em exemplos da estreita correlação entre educação e eficiência produtiva"

Disponível em https://www.valor.com.br/cultura/5246295/patria-em-busca-de--educacao

X

➔ Função social da educação/escola na visão dos educadores progressistas

Escola como espaço público, democrático, classista e popular. Instituição fundamental para formação do sujeito histórico e social em alteridade intelectual, física, sensorial, étnica, de gênero e cultural. Espaço de encontro entre gerações, de convivência e de construção de conhecimento e construção curricular ativa, dinâmica e cotidiana e pelos sujeitos que fazem a escola.

4º Ponto:

➔ Metodologia de participação na visão empresarial

Participação em plataforma virtual, cuja possibilidade de intervenção se limitava a concordar, não concordar e envio de sugestão para "aprimoramento" das metas codificadas

X

➔ Metodologia de participação na visão dos educadores progressistas

"[...] foi proposto um movimento constante de discussões nacionais a partir da criação de propostas locais (institucionais) que era extremamente inovador, naquele momento, e que continua inspirador até hoje. Esse movimento se daria da seguinte maneira: propostas locais deveriam ser experimentadas livremente pelas instituições que desenvolviam a formação de professoras e professores em acordo com as condições especiais de cada uma delas, e, em reuniões anuais (regionais e nacionais), essas propostas em desenvolvimento deveriam ser discutidas, na direção da articulação de uma possível Base Comum Nacional".

Cf. Alves, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. E-curriculum, 2015

O "DNA" da BNCC

De 2014 a 2016 foram apresentadas 3 versões de Bases, entre elas há diferenças no que diz respeito aos conteúdos disciplinares e presença/ausência de termos e conceitos que muito nos dizem sobre as orientações para a construção curricular nas escolas. No entanto, em todas as versões há um "DNA" que estava presente desde a primeira até a última versão. Trataremos aqui dos pontos mais importantes:

➔ Importância atribuída aos resultados do PISA e demais sistema de avaliações externas e brasileiras como únicos meios de medir a qualidade da educação;

➔ Escolha dos especialistas como interlocutores privilegiados em detrimento das professoras e professores que estão no dia a dia da sala de aula;

➔ Relevância ao direito da aprendizagem em detrimento do direito à educação;

➔ Desconsideração do debate no que diz respeito à organização sistêmica da política educacional agindo de forma contributiva e integrada entre as diferentes esferas de poder;

➔ Ausência de princípios das relações cooperação e responsabilização da macro e micropolítica que, imperiosamente, se mobilizam para que a aprendizagem e o ensino possam se realizar em toda e qualquer sala de aula desse país;

➔ Ausência do papel da escola e de sua comunidade escolar protagonizado pelas professoras, professores, estudantes, funcionários e comunidade em torno de cada escola;

➔ Ausência completa do princípio articulador entre bases comuns e bases específicas do desenvolvimento curricular;

➔ Ausência do princípio da educação como direito social subjetivo e obrigatório, portanto, ausência do estabelecimento de políticas que visam a melhoria da qualidade social da educação como dever e política de Estado;

➔ Ausência da compreensão de criança/infância, adolescente/adolescência e jovem /juventude;

➔ Desconsideração do conceito de qualidade social da educação;

➔ Ausência do conceito de currículo em seu processo dinâmico social e cultural na transmissão e produção de conhecimentos escolares articulados com os conhecimentos sociais;

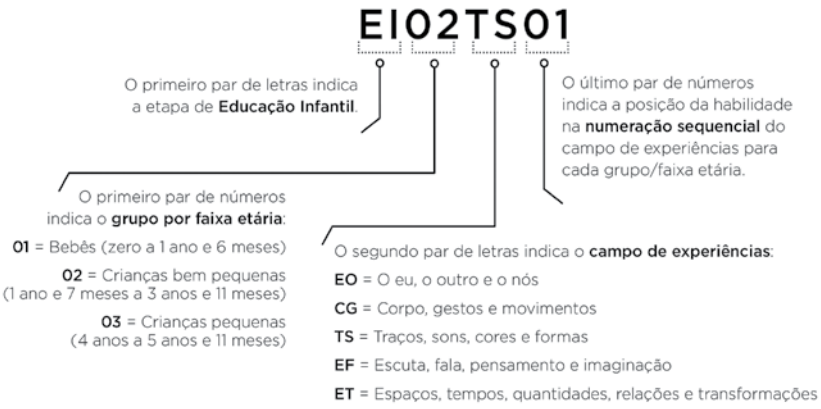
➔ Visão unilateral acerca dos estudantes, de seus conhecimentos e aprendizagens;

➔ Desumanização do trabalho docente, através do projeto unificador e mercadológico = Tendências curriculares de uniformização + testagem (sistema de avaliação externa) + responsabilização do professor;

➔ Apagamento das diversidades subjetivas, sociais e culturais que marcam as relações e os processos educativos;

➔ Enquadramento através da codificação das metas conforme operacionalidade do sistema de informação. Vejamos a seguir a composição do código apresentado pela BNCC:

Imagem do código e sua composição



Segundo esse critério, o código **EI02TS01** refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas" para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses).

Enquete não é participação

Os aspectos identificados na página anterior compõem o que estamos chamando de "DNA" da BNCC. Nesse sentido, não importa se houve 12 milhões de participação via plataforma virtual da primeira versão para a segunda, pois os participantes não tinham oportunidade de intervir nos aspectos apontados, apenas dizer se concordavam ou não com as metas definidas em cada eixo de cada nível e etapa da educação Básica. Assim, as forças democráticas construídas a duras penas pelos educadores desde a Constituição cidadã de 1988, sofreram um duro golpe desse governo instalado pelo poder financeiro do capital internacional. A recente história da elaboração da BNCC é marcada por uma falsa participação e, se é falsa, não é participação!

Mas nada é tão ruim que não se possa piorar: Chegamos à 3ª versão da BNCC!

Na última versão os setores empresariais avançam no comando da elaboração das Bases e, em seu texto, fragmentou a Educação Básica, pois tratou apenas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais). Para o Ensino Médio foi elaborado outro documento pautado na Reforma do Ensino Médio de 2017.

Lei 13.415/2017

Lei 13.415/2017 que altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**

O que mais aconteceu na terceira versão da BNCC?

➔ Foram retiradas as expressões "diferenças de gêneros", "étnica" e "orientação sexual", evidenciando concordância ao **movimento Escola Sem Partido;**

Movimento de ideologia conservadora que, com suas manifestações públicas, busca legalidade que atenta contra a liberdade de ensinar e aprender das professoras, professores e estudantes da educação básica. Uma verdaderia mordaça!

➔ Imposição da estrutura escolarizada para a Educação Infantil e, ainda, a redução do entendimento de corpo. Este passa a ser relacionado apenas à higiene, ao exercício e ao movimento. Retiraram a compreensão de corpo como simbólico e histórico!

O que significa um prejuízo à identidade nesse nível de ensino, que deveria pautar as aprendizagens infantis no modo como a criança interage com o mundo ao seu redor e com os conhecimentos já existentes nesse meio social, priorizando suas experiências e descobertas na medida em que cresce e interage na vida privada e pública. Porém, a última versão da BNCC trouxe uma visão instrumental da educação e concepção restritas à cognição. Implicações sérias e danosas para a Educação Infantil brasileira, conforme declara o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB (Disponível em: http://www.mieib.org.br/institucional)

➔ Incluíram Religião como disciplina escolar, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF, 2017) que legalizou o ensino confessional nas escolas públicas;

➔ Reforçaram o currículo por competência

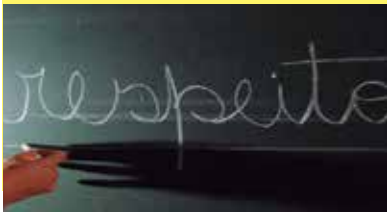
Currículo por competência está associado às formulações do educador Philippe Perrenoud, cuja centralidade é transformar a prática escolar de transmissão de conhecimentos para a mobilização desses conhecimentos em situações complexas.

Para saber mais indicamos a leitura do livro Construir competências desde a escola, Philippe Perrenoud, Artmed, 1999

➔ Desconsideram a diversidade regional orientando, rasteiramente, que 60% do currículo deve ser ocupado por conteúdos definidos pela BNCC e 40% por conteúdos definidos pelas localidades educacionais.

Mas não nos esquecemos de que as metas codificadas (que definem os conteúdos da BNCC) estão diretamente relacionadas aos indicadores dos diferentes instrumentos de avaliação nacional (Saeb, Provinha Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização e Prova Brasil). Portanto, apenas o conteúdo definido na BNCC será avaliado e o conteúdo da diversidade será desprezado, pois não é possível avaliá-lo nacionalmente. Logo, não é difícil prever que apenas o conteúdo da BNCC será priorizado no interior da escola.

É preciso que a Base respeite os princípios de igualdade e liberdade de aprender e faça valer as realidades escolares considerando a região, faça orientar e estimular uma prática pedagógica, em sintonia com os estudantes, empoderadora e emancipadora. Isto exige currículos inclusivos com o reconhecimento da diversidade humana.



➔ Fortalecem a instrumentalização e controle do trabalho docente, pois, de antemão, definem o que ensinar, quando ensinar, para quem ensinar e como ensinar;

➔ Minimizaram termos como "democrático", "partilha", "coletividade", "socialização de experiências". O que fortalece o individualismo e a meritocracia;

Analisando o discurso...

O MEC ao estabelecer as metas da aprendizagem a partir de um sistema de codificação, possibilita o reposicionamento de todo o sistema de avaliação externa (censitário) que, não por acaso, corresponde às metas definidas a cada ano, para cada nível de ensino e para cada série no interior da BNCC.

Um exemplo e, provavelmente o mais cruel, é a codificação de metas para a Educação Infantil:

Campo de experiências	Faixas Etárias	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	**(EI01ET01)** Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	**(EI01ET02)** Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	**(EI01ET03)** Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.

Fonte: BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017

Do mesmo modo ocorre com as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º AO 5º ANO

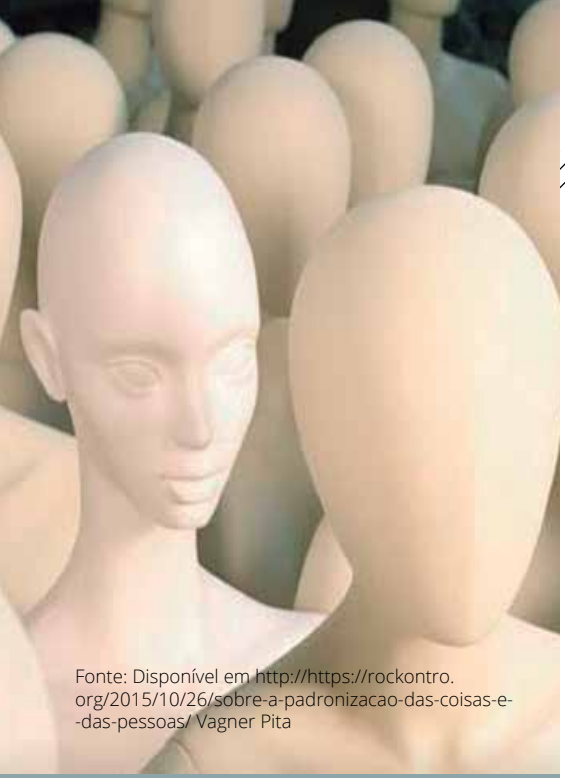
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma) ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	**(EF15LP01)** Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.
	Estratégia de leitura	**(EF15LP02)** Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas. **(EF15LP03)** Localizar informações explícitas em textos. **(EF15LP04)** Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.

Fonte: BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
CAMPO JORNALÍSTICO/MIDIÁTICO – Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/ midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa.		Vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos para além dos já trabalhados nos anos iniciais do ensino fundamental (notícia, álbum noticioso, carta de leitor, entrevista etc.): reportagem, reportagem multimidiática, fotorreportagem, foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, vlog noticioso, vlog cultural, meme, charge, charge digital, political remix, anúncio publicitário, propaganda, jingle, spot, dentre outros. A referência geral é que, em cada ano, contemplem-se gêneros que lidem com informação, opinião e apreciação, gêneros mais típicos dos letramentos da letra e do impresso e gêneros multissemióticos e hipermidiáticos, próprios da cultura digital e das culturas juvenis. Diversos também são os processos, ações e atividades que podem ser contemplados em atividades de uso e reflexão: curar, seguir/ser seguido, curtir, comentar, compartilhar, remixar etc. Ainda com relação a esse campo, trata-se também de compreender as formas de persuasão do discurso publicitário, o apelo ao consumo, as diferenças entre vender um produto e "vender" uma ideia, entre anúncio publicitário e propaganda.
Leitura	Apreciação e réplica Relação entre gêneros e mídias	**(EF69LP01)** Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso. **(EF69LP02)** Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, outdoor, anúncios e propagandas em diferentes mídias, spots, jingle, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.
	Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto	**(EF69LP03)** Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/ subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.
	Efeitos de sentido	**(EF69LP04)** Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes. **(EF69LP05)** Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.

Fonte: BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017



Fonte: Disponível em http://https://rockontro.org/2015/10/26/sobre-a-padronizacao-das-coisas-e-das-pessoas/ Vagner Pita

Quais as decorrências da BNCC construída nessa orientação empresarial?

A padronização no processo de formação educacional retira o que é próprio da espécie humana que é a criação, a imaginação, o talento, a vontade e o poder de decidir por sua própria consciência.

Para a visão dos reformadores empresariais é preciso operar a progressiva substituição da administração pública das escolas reconvertida para a administração do sistema privado de gerenciamento, pois, segundo essa visão, o público está fadado ao insucesso. Por isso para privatizar o espaço educacional é preciso estabelecer essa padronização, pois sem padronização não há controle, sem controle, não há mercado (FREITAS, L. C, 2017)

+ Por outro lado...

Por outro lado, é preciso criar a ilusão que um(a) professor(a) pode ser melhor que o(a) outro(a) e sua "competência" será medida através das avaliações externas. Padronização e concorrência geram novos valores na convivência escolar: solidariedade é substituída por concorrência e projeto coletivo é substituído por interesse individual.

Do ponto de vista do sistema administrativo, não se discute o **piso salarial profissional nacional** para os profissionais do magistério público da Educação Básica, institui-se bônus aos professoras e professores que conseguirem atingir os melhores desempenhos de seus estudantes.

Ao elaborar a BNCC com a intenção de padronizar os processos de aprendizagem, na verdade se pretende gerenciar a elevação dos índices das médias de desempenho dos estudantes e para isso, o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira) estabeleceu a Portaria Nº 564, de 19 de abril de 2017 que "Altera a Portaria Nº 483, de 7 de junho de 2013.

Nº 76, quinta-feira, 20 de abril de 2017

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 564, DE 19 DE ABRIL DE 2017

Altera a Portaria MEC nº 482, de 7 de junho de 2013, que dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e dá outras providências.

Assim, esses instrumentos pedagógicos permitem o cruzamento de dados como, por exemplo, se uma turma da escola "X" não alcançar desempenho em determinadas questões, será possível identificar as "metas" não trabalhadas pelo(a) professor(a) e pela escola. Nenhum ser humano conseguiria esse cruzamento, mas um sistema informacional consegue!

Outra decorrência que impactará diretamente na vida do professor é o Projeto de Lei do **Exame Nacional do Magistério da Educação Básica**, P L Nº. 6114/09, do Senado, da Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que está em trâmite no Senado em caráter conclusivo. Seu objetivo é avaliar os conhecimentos das professoras e dos professores, poderá ser utilizado para recrutar os novos ingressantes à carreira e visa, também, a certificação da carreira Por fim, incidirá no controle das instituições de educação superior formadoras.

Dispõe sobre o **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB** e dá outras providências", recolocando os descritores das avaliações externas de acordo com as metas codificadas da Base.

PROJETO DE LEI N.º 6.114-A, DE 2009

(Do Senado Federal)

PLS nº 403/2007
Ofício (SF) 2.046/2009

Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica - Enameb; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação deste e do de nº 1088/07, apensado, com Substitutivo (relatora: DEP. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE).

Resumindo a conversa...

Os elaboradores da BNCC se esforçaram em definir os objetivos últimos a serem realizados na escola da educação básica, visando o desenvolvimento do sujeito estudante, acreditando ou tentando fazer crer, que o desenvolvimento da democracia, assim, estaria garantido no direito da aprendizagem.

Mas, tais intenções priorizaram o avanço da liberdade individual que, não obstante da sua importância, não é aconselhável que se desenvolva sem que as forças das relações democráticas sejam aprofundadas e consolidadas nas instituições sociais e políticas da sociedade nela inseridas. Liberdade individual por si só não garante uma vida democrática.

Enfim, a terceira versão da BNCC desarticulou-se do Plano Nacional da Educação, desconsiderou as definições da Conferencia Nacional da Educação e se desvinculou das Diretrizes Curriculares Nacionais.

As ausências dos princípios acima apontados nos fazem observar uma superrelevância na liberdade individual em detrimento das estratégias democráticas no interior da escola e do Sistema Nacional de Educação. E o individualismo nos aliena da nossa própria humanidade, conduz a uma sociedade doente, antagonizada por interesses próprios e sem o fundamento do bem comum. Esse cenário não é inédito na história e sabemos bem o destino das sociedades que o adotaram!

Como resistir à BNCC: construindo caminhos

Primeiro é preciso tornar relevante o papel, a autonomia e a autoridade das professoras e dos professores da Educação Básica. Então, a resistência se faz com a participação efetiva da categoria e de seu sindicato. Para isso, é necessário ler e estudar os documentos elaborados pelo MEC e construir entendimentos. Jamais omissões. Somos capazes porque ninguém conhece mais a sala de aula e os(as) estudantes do que nós, educadoras e educadores.

Todo e qualquer documento que vise melhorar a educação básica brasileira precisa considerar a formação inicial e continuada desses profissionais.

A formação deve atender as demandas das professoras e professores.

É preciso reconhecer que cada escola em nosso país tem condições de elaborar seu projeto político e pedagógico e este pode contribuir com a construção de um currículo. O currículo não deve ser ditado, imposto O currículo deve ser participativo e democrático.

+

Para isso, temos apoio legal no inciso II, do Art. 206 da Constituição Nacional (1988), que define: "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber". Bem como no inciso I, do Art. 12, Lei de Diretrizes da Educação Nacional – LDB (1996), que atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de, "I – elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Escolas não são ilhas! Uma educação de qualidade social se faz com a participação de todos servidores, alunos(as) e família. Além disso, uma escola só põe em prática seu currículo se ele for coerente com a realidade pedagógica que, por sua vez, deve contar com uma boa infraestrutura. Por isso, não devemos perder de vista a reivindicação por construção de laboratórios de ciências, de línguas, de informática, salas de leitura, quadras esportivas.

Para nossa organização e ação propositiva:

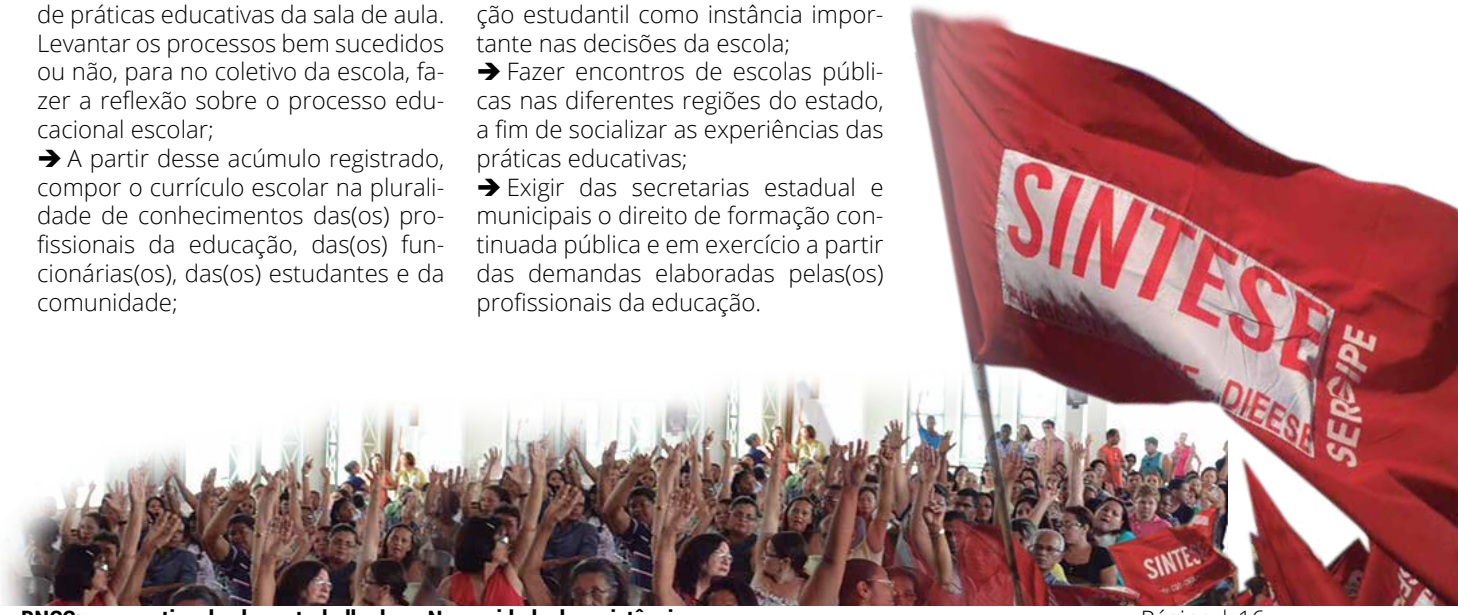
➔ Passar a registrar as experiências de práticas educativas da sala de aula. Levantar os processos bem sucedidos ou não, para no coletivo da escola, fazer a reflexão sobre o processo educacional escolar;

➔ A partir desse acúmulo registrado, compor o currículo escolar na pluralidade de conhecimentos das(os) profissionais da educação, das(os) funcionárias(os), das(os) estudantes e da comunidade;

➔ Fortalecer nas escolas a organização estudantil como instância importante nas decisões da escola;

➔ Fazer encontros de escolas públicas nas diferentes regiões do estado, a fim de socializar as experiências das práticas educativas;

➔ Exigir das secretarias estadual e municipais o direito de formação continuada pública e em exercício a partir das demandas elaboradas pelas(os) profissionais da educação.



Construindo o Currículo_

O currículo deve ter como alvo o espírito da pluralidade do conhecimento e, até, o mercado de trabalho, mas não deve formar seres humanos para serem escravizados pelo mercado nem serem alienados ao pensamento científico que se apregoa fixo. O currículo ou elementos para construir um currículo devem priorizar a cidadania, priorizar a formação de um sujeito autônomo, que pense em prol de sua comunidade, que se sinta um ser social e histórico, logo, um(a) estudante que considerará a participação política, científica, trabalhista em prol de uma coletividade.

Ao construir o currículo de nossas escolas não se deve perder de vista o respeito à diversidade cultural, religiosa, de orientação sexual, de identidades de gênero etc. Como também, a criação de uma cultura da paz em detrimento desse ódio que se espalha no Brasil promovido pelo movimento Escola Sem Partido e determinados grupos políticos.

A escola tem partido: o partido da solidariedade, da cidadania, da utopia de um mundo melhor, mais justo, mais equitativo.

Assim, a resistência à BNCC se faz mostrando que nas nossas escolas tem quem pense, quem atue, quem está dia após dia dentro da sala de aula e dentro da comunidade, sabendo de suas necessidades e de suas expectativas. Por isso, é preciso afirmar que as escolas já têm currículo!

> [...] A meu ver, uma das atividades mais importantes a serem desenvolvidas pelo corpo docente seria registrar, desenvolver e coordenar as experiências e as observações pedagógicas e didáticas; só deste trabalho contínuo pode nascer o tipo de escola e o tipo de professor que o ambiente requer. Que belo livro poderia fazer sobre estas experiências, e como seria útil! Já que a minha opinião é esta, é difícil lhe dar conselhos e mais ainda despejar, como você diz, uma série de idéias "geniais". Penso que a genialidade deve ser "enterrada" e, ao contrário, deve ser aplicado o método das experiências mais minuciosas e de autocrítica desapaixonada ou objetiva.
>
> ***Antonio Gramsci, 2005, p.167.***

SIGLAS

ANFOPE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
ANRESC – AVALIAÇÃO NACIONAL DO RENDIMENTO ESCOLAR
BN – BASE NACIONAL
BNC – BASE NACIONAL CURRICULAR
BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
CEIPE – CENTRO DE EXCELÊNCIA E INOVAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS
CONAE – CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSED – CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO
DCN – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS
DEM – PARTIDO DOS DEMOCRATAS
EBAPE – ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
IAS – INSTITUTO AYRTON SENNA
INEP – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS EDUCACIONAIS
LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS
PMDM – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
SAEB – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

A escola tem partido: o partido da solidariedade, da cidadania, da utopia de um mundo melhor, mais justo, mais equitativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1464 – 1479 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1464 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP . http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum, p. 1464-1479. Acesso em 15 de abril de 2018.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf

ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC? Site: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc. atualizado em 18/12/2017. acesso em 12 de abril de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 c0m alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 30, de 2000 e pelas Emendas Constitucionais de revisão de n. 1 a 6, de 1994. – 15. Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 2000.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf. Acessado em 13 de maio de 2018.

_____. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html. Acessado em 13 de maio de 2018.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE). CONAE 2014: Documento Final. http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

FREITAS, L. C. Dia D da BNCC. 12 razões para não ser coadjuvante. Publicado em 05 de março de 2018. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/?s=BNCC. Acessado em 23 de abril de 2018.

GRAMSCI, A. Cartas do cárcere. v.1:1926-1930. Trad.Luiz Sérgio Henriques; orgs. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p167.

_____. Proposta de pagamento avança no Congresso. Publicado em 07 de julho de 2018. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/?s=BNCC. Acessado em 08 de julho de 2018.

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Presidência da República
Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 12 de novembro de 2017.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PRADO, M. C. R. M. do. Pátria em busca de educação. In Valor Econômico. Publicado em 01 de janeiro de 2018. Disponível em: < https://assineoglobo.globo.com/valor-economico/valor-economico-digital-7. Acessado em 10 de maio de 2018.

PROJETO DE LEI N.º 6.114-A, DE 2009 (Do Senado Federal). CÂMARA DOS DEPUTADOS. http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1348646.pdf. Acesso em 10 de maio de 2018.

FILIADO A:

Rua de Campos, 107 – Bairro São José
CEP: 49015-220 – Aracaju/Se -Telefax: (0**79) 2104-9800 |
e-mail: sintese@sintese.org.br | www.sintese.org.br